

**A Lei 11645/2008 e a abordagem da temática indígena na escola -
Estudo de caso: a ação das Equipes Multidisciplinares em escolas do NRE de
Maringá**

CAMILA BERTAGNA¹

Breve introdução, problemática da pesquisa e sua delimitação:

Ao chegarem ao Brasil, em 1500, os portugueses encontraram um território e uma população, ambos encarados com o sentimento misto de novidade e desconhecimento. Para a população garantiram um nome, batizando-os índios. Esses colonizadores para se relacionarem com os índios lançavam mão de diferentes estratégias, dentre elas: o escambo, trabalho forçado (escravo) e também se aproveitavam dos desentendimentos políticos entre as diferentes etnias indígenas para acirrar conflitos. Em alguns casos, estimulavam as rivalidades e guerras, infiltravam-se no seio da população nativa por meio de alianças, criada no período das guerras. As guerras, as doenças, a escravidão por parte dos portugueses foram os fatores principais para a queda na taxa da população nativa.

Oliveira e Freire (2006, p.24) nos aponta que a história dos índios não deve ser vista apenas através do elemento de extermínio e subjugação; os indígenas ofereciam resistência aos colonizadores e usavam de diversas estratégias de conquista, desde as primeiras relações de escambo. Manuela Carneiro da Cunha (2009) afirma que cada povo indígena reagiu ao contato com os colonizadores à sua maneira e criatividade, desde realizando grandes deslocamentos para escapar da escravidão, até guerras e revoltas.

Outra medida estratégica adotada pelos diferentes povos indígenas era se aliar aos jesuítas nos aldeamentos. Porém os missionários juntamente com o estado acabaram tomando medidas tutelares para com os indígenas. Essa tutela por parte do Estado vai perdurar por quatro séculos. Em 1755, a tutela desses povos passa a ser responsabilidade do Diretório dos Índios, criado durante o governo do Marquês de

^{**}Universidade Estadual de Maringá (UEM), mestranda.

Pombal e vigorando até 1798. Com o fim do Diretório os juizes de órfãos passaram a zelar pelos índios “domesticados” dos aldeamentos (Oliveira e Freire, 2006, p.73).

Em 1910 surgiu o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), mais tarde designado apenas Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com objetivo de prestar assistência aos índios aldeados e nômades e existindo até 1967 quando foi extinto e criado, no seu lugar, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), responsável pela continuidade da política indigenista tutelar do Estado brasileiro (OLIVEIRA, FREIRE, 2006, p. 113-131). Hoje, com o fim da tutela, a FUNAI tem como objetivo o desenvolvimento sustentável das populações indígenas, aliando a sustentabilidade econômica à sócio-ambiental (www.funai.gov.br).

Nas décadas finais do século XX, a partir dos anos de 1970, no discurso indígena passa a vigorar a ideia de ruptura com a figura protetora do Estado, da tutela para terem seus direitos reconhecidos e fazerem sua própria mobilização política. E é a partir da década de 1970 que os índios aprenderam a superar suas diferenças e rivalidades e se unirem para lutarem juntos por interesses comuns, pelos seus direitos. (BANIWA, 2006, p. 43).

Essa união dos povos indígenas, conhecida também como movimento indígena, se constituiu à margem da política indigenista oficial e tinha e tem como objetivos principais a luta por terra, saúde, educação, autonomia para gerir suas atividades cotidianas. A primeira conquista dessa luta veio com a Constituição de 1988, onde os índios conquistaram, finalmente, o direito de cidadania, o direito de ser diferente, de viver conforme seus próprios princípios de organização social, política, cultural e cosmológica, bem como o direito a uma legislação específica que garanta seus territórios, uma educação diferenciada, multicultural e bilíngue, bem como a prática de seus costumes e tradições.

Apesar dessas conquistas obtidas por meio de organização e luta constante, os mais de duzentos e vinte povos indígenas que hoje existem no Brasil, ainda são vistos, pelos não indígenas, como incapazes. Ainda há o preconceito, o racismo. Como exemplo dessa forma preconceituosa e racista a respeito dos indígenas, Freire (2002) aponta e discute em sua obra cinco ideias que denomina de equivocadas, que a maioria da população brasileira tem sobre esses povos. A primeira é a de índio genérico. Acredita-se que esses povos compartilham dos mesmos costumes, crenças e língua. A

segunda é ver suas culturas como atrasadas, pobres, inferiores, não reconhecendo a importância, as inovações e a capacidade/necessidade de adaptação dos seus conhecimentos. Em terceiro o congelamento de suas culturas, ainda pensam os indígenas nus, usando arco e flecha na floresta e aqueles que não se enquadram nesse estereótipo deixam de ser índios. Uma quarta ideia equivocada é acreditar que os índios pertencem ao passado do Brasil e não reconhecer sua existência e importância no presente. A quinta ideia é que o brasileiro não é índio, não enxergando assim a participação dos indígenas na formação de sua identidade.

Posto esse ideal que tem a população brasileira em geral, A respeito dos índios, o movimento indígena, buscou através de suas lutas, desconstruí-lo e superá-lo. Essa luta étnica dos indígenas, traz à tona no Brasil, a partir da década de 1980, o discurso multiculturalista, termo que segundo Faustino (2006, p.73), se refere ao reconhecimento oficial da existência de grupos culturalmente diferentes em um dado país. Esse discurso ganhou também o campo educacional:

O multiculturalismo tem seu principal foco na educação, pois a escola recebe com entusiasmo a ideia de igualdade para todos e de combate à discriminação e ao racismo sem refletir, muitas vezes, quais bases este anti-racismo foi construído. De forma geral, esses países que adotaram as políticas multiculturais elaboraram uma reforma na lei maior (Constituição) e, na sequência dirigiram o foco de ação para a reforma política educacional dando ênfase ao currículo, ao material didático e à formação dos professores (FAUSTINO, 2006, p.84).

No Brasil a reforma da lei maior veio através da Constituição de 1988, que se utiliza das ideias do multiculturalismo. Podemos ver no Art. 3º, inciso IV que tem como um dos objetivos promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Na Educação o discurso multicultural é estabelecido através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei 9394/96, que no artigo 3º constam os princípios embaixadores do ensino. O inciso IV trata do respeito à liberdade e apreço a tolerância (BRASIL, 1996). Nos Parâmetros Curriculares Nacionais encontramos a pluralidade cultural como um dos eixos transversais, os PCN's são definidos como referenciais de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo país e a respeito da pluralidade cultural nos diz que deve-se respeitar e valorizar as características étnicas e culturais dos diferentes

grupos que convivem no território nacional, reconhecendo o Brasil como um país multifacetado (BRASIL, 1997, p. 19).

Nesse contexto de multiculturalismo e luta de grupos étnicos, foi promulgada a lei 10.639/2003, que tornou obrigatório no ensino fundamental e médio, o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira, incluindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra (BRASIL, 2003). Em 2008 essa lei sofreu alterações, ampliando seu texto e dando origem a lei 11.645/2008. No Art. 26-A ficou estabelecido que "Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" (BRASIL, 2008).

A lei 11.645/2008 é fruto de muita luta dos movimentos de negros/afrodescentes e de indígenas, e surge com intuito de mudar os conceitos preconceituosos e discriminatórios em relação a esses povos, pois eles reivindicam imagens, pensamentos e atitudes mais condizentes com a realidade a seu respeito (BERGAMASHI, GOMES, 2012, p. 58).

O Ensino da cultura indígena passa a ser obrigatório nas escolas para que os alunos tenham um contato maior e mais adequado a respeito da mesma, pois segundo Bergamaschi e Gomes (2002, p. 57), muitas vezes a imagem do índio que se constrói na escola é a que permanece para o resto da vida, visto ser escasso o contato com a temática indígena em outros períodos da vida.

Portanto, há a necessidade de professores que estejam preparados para tratar sobre a temática indígena, superando a invisibilidade histórica desses povos que se estende até o presente, contrariando as previsões pessimistas que perduraram durante boa parte do século XX, que acreditavam no extermínio dos índios, quebrando a visão romantizada a respeito dos mesmos e, principalmente, aprendendo conhecimentos respeitosos de sua história e cultura, mudando, dessa maneira, a visão preconceituosa e discriminatória para com os povos indígenas. Silva (2010, p. 44-45) afirma ser necessária a formação continuada dos educadores, para que esses possam sempre estar atualizados e não virarem meros reprodutores de conhecimentos adquiridos ao longo de sua carreira acadêmica.

Dentro desse contexto multicultural, o governo do Paraná criou as Equipes Multidisciplinares que tem como objetivo orientar e auxiliar o desenvolvimento de

ações voltadas ao estudo das relações étnico-raciais e o ensino de História e cultura afro-brasileira, africana e indígena no decorrer do ano letivo (www.diaadiaeducacao.pr.gov.br).

A partir desses pressupostos surge a delimitação da pesquisa proposta: investigar e sistematizar as ações das Equipes Multidisciplinares propostas para trabalhar com a temática indígena e qual o nível/grau de efetivação em quatro colégios públicos estaduais nas cidades de Maringá e Apucarana, bem como analisar qual visão dos povos indígenas está sendo trabalhada, se foram superadas e em que medida, as cinco ideias equivocadas, apontadas por Freire (1999): de índio genérico, de culturas atrasadas e congeladas, de serem figuras que pertencem apenas ao passado, de que brasileiro não é índio e se trabalham/abordam como conteúdos, as lutas e os movimentos de resistência que esses povos travam desde a chegada e contato com os povos europeus, no começo do século XVI.

Referenciais Teóricos:

A fim de analisar a problemática proposta, pretendemos trabalhar de uma maneira interdisciplinar utilizando referenciais teóricos da História e da Antropologia, para assim compreender melhor a história e dos povos indígenas no Brasil, bem como nos situar no processo de construção do movimento indígena e assim, sermos capazes de analisar a maneira como as Equipes Multidisciplinares se constituem, planejam e desenvolvem ações voltadas para a aplicação da Lei 11.645/2008.

Em Manuela Carneiro da Cunha (2009), buscaremos a discussão sobre a história indígena, numa perspectiva que destaca os movimentos de resistência e o protagonismo dos povos indígenas desde a chegada dos colonizadores. Perspectiva essa, que trata os indígenas como autores de suas próprias decisões e não como ingênuos que acatavam as imposições dos portugueses. De João Pacheco de Oliveira (2006) utilizaremos a resistência indígena, o movimento indígena, visto que este antropólogo desconstrói as abordagens voltadas à invisibilidade dos índios na História do Brasil e mostrar a atual situação desses povos.

De Gersem Baniwa (2006) um intelectual indígena que escreve sobre seu povo, utilizaremos aspectos como organização indígena, explicação sobre o movimento

indígena, protagonismo indígena no Brasil, os desafios desses povos na contemporaneidade, pois ninguém melhor que um indígena para saber o que se passa entre seus pares e refletir e analisar com conhecimento de causa o processo de constituição desses movimentos.

Buscaremos em Aracy Lopes da Silva (1995), como tratar a temática indígena em sala de aula, como desconstruir a ideia de índio genérico, primitivo, de inocente, incapaz. Essa autora nos apresenta essa desconstrução através do estudo de mitos e da cultura material indígena com os alunos, pois além de tocar o imaginário dos alunos, demonstra que todos os povos são iguais enquanto seres humanos, dotados de inteligência, sensibilidade, criatividade, porém diferentes na maneira de se relacionar e conceber o mundo.

Em Georges Balandier (1987, 1976) buscaremos duas ideias, a primeira relacionada à dinâmica da sociedade, que segundo este autor, toda sociedade humana produz política e assimila as transformações de um novo contexto histórico. A segunda ideia é que sociedade alguma pode ser determinada somente por suas características internas, pois tanto a dinâmica de suas especificidades internas, quanto aquela provocada externamente, devido contato com outra sociedade, são elementos que compõem as características de determinada sociedade. A partir dessas ideias entenderemos o movimento indígena, a partir das transformações históricas e do contato com a sociedade não indígena.

Objetivos Gerais:

- 1) Analisar os conteúdos que estão sendo propostos/ensinados/trabalhados nas escolas onde atuam as Equipes Multidisciplinares;
- 2) Analisar o resultado do trabalho realizado pelas equipes multidisciplinares, a fim de detectar em que medida tem contribuído ou não para a modificação das ideias sobre a temática indígena.

Objetivos Específicos:

- 1) Coletar, sistematizar e analisar as propostas das equipes multidisciplinares (planejamentos; atas; referenciais teóricos e metodológicos e materiais didáticos e paradidáticos utilizados e produzidos para essa finalidade);

- 2) Coletar e analisar o material final produzido, pelos alunos, por meio das proposições das equipes multidisciplinares;
- 3) Investigar em que medida o trabalho realizado pelas equipes tem contribuído para a diminuição do preconceito com relação aos povos indígenas (entrevistas, questionários e realização de atividades propostas por mim);
- 4) Analisar se o estereótipo de índio genérico foi superada;
- 5) Investigar se a ideia de culturas atrasadas e congeladas foi desmistificada;
- 6) Perceber se os alunos vêem os indígenas como cidadãos que fazem parte do presente do Brasil.

Metodologia e Fontes:

A metodologia aplicada para a pesquisa será de cunho exploratório e aplicada, fazendo dessa maneira a caracterização inicial do problema e depois investigar se o problema foi sanado, pois, como se trata de uma lei recente, cuja criação de Equipes multidisciplinares é mais recente ainda, existe pouco estudo a respeito desta problemática. A técnica utilizada será um estudo de caso, pesquisando as ações das Equipes Multidisciplinares em escolas específicas das cidades de Maringá e de Apucarana, visando fazer a análise da abordagem da temática indígena que é trabalhada, tanto da percepção de quem planeja e executa as ações, no caso as equipes multidisciplinares, quanto da daqueles que envolvidos nesse processo, quais sejam professores e alunos das escolas envolvidas.

As fontes que serão utilizadas para a pesquisa serão as atas das Equipes Multidisciplinares, entrevistas; questionários; atividades realizadas e materiais produzidos como resultado do trabalho das Equipes Multidisciplinares (fotos, filmagens, cartazes, esculturas; textos escritos, enfim registros que existirem nas escolas ou de posse das equipes). Essas fontes nos permitirão perceber e analisar como está sendo feito o trabalho dessas equipes e os efeitos que tem gerado, tanto para quem planeja e executa, quanto para aqueles a quem o trabalho se direciona.

Cronograma de atividades:



XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

LUGARES DOS HISTORIADORES: VELHOS E NOVOS DESAFIOS 27 A 31 DE JULHO DE 2015 FLORIANÓPOLIS - SC

Atividades – ano I	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1. Incorporação da bibliografia de apoio	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2. Obtenção de créditos de disciplinas	X	X	X	X	X	X						
3. Sistematização de leituras	X	X	X	X	X	X						
4. Trabalho de Campo							X	X	X	X	X	X
Atividades – ano II	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
1. Trabalho de campo	X	X	X	X								
2. Seleção e Sistematização das fontes geradas em campo	X	X	X	X								
3. Análise trabalho de campo	X	X	X	X	X	X	X	X				
4. Elaboração do texto para qualificação	X	X	X	X	X							
5. Exame de qualificação					X							
6. Elaboração do texto final da dissertação						X	X	X	X	X	X	
7. Defesa da dissertação												X

Bibliografia:

BALANDIER, Georges. Antropologia política. Lisboa, 1987.

BALANDIER, Georges. As dinâmicas sociais: sentido e poder. São Paulo, 1976.

BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

BESSA FREIRE, J.R. *Os cinco equívocos sobre o índio*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida, GOMES, Luana Barth. *A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural*. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 53-69, Jan/Abr 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1997.

BRASIL, Lei n. 10.639 – 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL, Lei n. 10.639 – 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

FAUSTINO, Rosangela Célia. Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena. Tese de Doutorado. Florianópolis, CED/UFSC: 2006.

GRAÚNA, Graça. *Educação, literatura e direitos humanos: visões indígenas da lei 11.645/08*. Educação & Linguagem, v. 14, n. 23/24, pp. 231-260, jan.-dez. 2011

OLIVEIRA, João Pacheco de, FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: MEC/Secad/Museu Nacional/UFRJ, 2006.

SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Edson. *Povos indígenas: história, culturas e o ensino a partir da lei 11.645*. Revista Historien UPE/Petrolina, v. 7, p. 39-49, 2012.

SILVA, Maria da Penha da. *A temática indígena no currículo escolar a luz da lei 11.645/2008*. Cad. Pesq., São Luís, v. 17, n. 2, maio/ago. 2010.

www.funai.gov.br

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br